

**Inquérito Civil n.º 06.2018.00004949-7**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ituporanga/SC, **JAISSON JOSÉ DA SILVA**, e o **MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **Osni Francisco de Fragas**, com sede na rua Joaquim Boing, n. 40, Centro, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/00, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00004949-7, e;

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90) e individuais homogêneos (artigo 129, inciso IX da Constituição Federal e artigos. 81, inciso III e 82, do Código de Defesa do Consumidor);

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público "*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia*" (art. 129, inciso II, da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que "são direitos sociais a educação, a saúde, alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (art. 6º da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e acesso universal e igualitário às ações e

serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196 da Constituição Federa);

**CONSIDERANDO** que as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, conforme dispõe o art. 197 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o direito à vida e à saúde estão incluídos no rol dos direitos fundamentais, e que tais direitos tiveram sua origem no princípio da dignidade da pessoa humana uma vez que são valores supremos e, em razão disso, até mesmo o Estado deve se curvar para que eles sejam respeitados, devendo-lhe obediência;

**CONSIDERANDO** que "todas as consagrações constitucionais dos direitos individuais supõem a existência de alguns direitos básicos da pessoa humana, os quais pairam, inclusive, acima do Estado, porquanto este tem como um de seus fins principais a garantia desses direitos";

**CONSIDERANDO** que a presente investigação identificou a existência de omissão do município de Ituporanga, no que se refere à realização de exames de ecocardiografia, possuindo mais de 87 pacientes em fila de espera para o referido exame, na data de hoje.

## **R E S O L V E M**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as cláusulas que se seguem:

### **I - DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente Termo de Compromisso de

Ajustamento de Conduta tem por objetivo impor ao compromissário a adoção de providências destinadas a reduzir o número de pacientes em fila de espera para realização de exames de ecocardiografia no município de Ituporanga;

## **II - DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se, **até o dia 31.12.2019**, a reduzir a fila de espera para realização de exames de ecocardiografia no município de Ituporanga, para 120 dias, considerando o paciente mais antigo na referida data (em 31.12.2019 o paciente mais antigo na fila de espera deve ter ingressado no SISREG em 31.8.2019).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os casos urgentes, assim caracterizados por decisão médica, deverão ser resolvidos imediatamente pelo município, não podendo permanecer em fila de espera.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Encerrado o prazo estabelecido, o compromissário deverá encaminhar, **no prazo de 15 (quinze) dias**, relatório ao Ministério Público comprovando que em 31.12.2019 não há pacientes com mais de 120 dias na fila de espera para a realização de exame de ecocardiografia.

## **III – DO DESCUMPRIMENTO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em caso de descumprimento da cláusula segunda, o **COMPROMISSÁRIO** incorrerá em multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

## **IV - DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLAUSULA QUARTA:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO**

em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso venha a ser integralmente cumprido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

## **V - DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO**

**CLAUSULA QUINTA:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

## **VI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA SEXTA:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 49, *caput*, do Ato 395/2018/PGJ.

As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito

Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9.º da Lei n.º 7.347/85 e o artigo 48, inciso II do Ato n.º 395/2018/PGJ.

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor.

Ituporanga/SC, 15 de fevereiro de 2019.

**JAISSON JOSÉ DA SILVA**  
Promotor de Justiça

**OSNI FRANCISCO DE FRAGAS**  
Compromissário